



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Entrevista Coletiva à Imprensa em 26 de Outubro de 1990

Eduardo Oinegue (revista Veja): Presidente, bom-dia. Eu gostaria de saber como o senhor avalia o impacto dos fatos da semana passada para a imagem do Governo.

Presidente: Inicialmente eu gostaria de tecer alguns rápidos comentários sobre a viagem que acabo de fazer a Portugal, onde passamos quatro dias em Lisboa e outras cidades, na companhia do Presidente Mário Soares e do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, e pudemos avaliar com precisão o enorme desenvolvimento que vem experimentando a economia daquele país.

Ontem, ao me despedir do Presidente Mário Soares, lembrava-lhe que aquela era a primeira oportunidade, desde 1922, que um Presidente brasileiro e um Presidente português democraticamente eleitos se encontravam. Somos, então, parceiros nessa nova fase de afirmação democrática por que passa todo o mundo. E somos parceiros também na modernidade, pois os dois países entendem como fundamental sua inserção competitiva no mercado internacional. No caso de Portugal, a inserção na Comunidade Econômica Européia, do mesmo modo que nós estamos procurando nos integrar na América Latina, a partir do Cone Sul. Contamos ter, em Portugal, a boa acolhida, a porta generosa de ingresso dos nossos produtos no Mercado Comum

Europeu. Desse modo, essa nossa visita a Portugal marca uma nova fase no nosso relacionamento. Sem abriremos mão da forma carinhosa — porque estamos historicamente vinculados há séculos — com que sempre nos tratamos, devemos ingressar numa fase mais pragmática, mais objetiva, consolidando também no âmbito econômico um relacionamento que já é muito bom nos campos político e cultural.

Bom, entrando em sua pergunta, muitos fatos ocorreram nos dias em que estive ausente, suscitando inúmeras dúvidas. Essas dúvidas não podem perdurar, uma vez que o Governo tem um compromisso absoluto com a transparência e com a lisura de todos os seus atos. Ainda há pouco, despachando com o novo Presidente da PETROBRÁS, Dr. Eduardo Teixeira, determinei-lhe que em cinco dias úteis preparasse uma análise absolutamente rigorosa, minuciosa, criteriosa, da proposta que foi feita à PETROBRÁS (pelo adquirente da VASP), para saber se essa proposta de alguma maneira afetou a vida da empresa ou causou danos, por menores que sejam, às suas contas. Daqui a cinco dias o novo presidente da empresa estará me entregando esse relatório, sobre cujo conteúdo será dado conhecimento público. O que temos até agora são comentários, são observações e análises feitas por órgãos de imprensa e indivíduos, formuladas sem base em fatos concretos, em fatos reais. Eu quero conhecer esses fatos nas suas minúcias, e não somente eu, como Presidente da República, mas também toda a sociedade brasileira.

Mandato Presidencial

James Gama (TV Manchete): Presidente, a imprensa noticiou que em sua viagem a Portugal o senhor teria confidenciado ao Presidente Mário Soares — aliás, segundo ele mesmo — que o mandato de cinco anos seria muito curto para se cumprir um programa de governo e que, por isso, o senhor gostaria de ficar 10 anos no poder. Como já existe uma emenda do vice-líder do

Governo no Senado, Ney Maranhão, propondo a possibilidade de reeleição do Presidente, de governadores e de prefeitos, perguntaria se o senhor está pensando na reeleição.

Presidente: Não estou, e não foi exatamente isso o que eu disse ao Presidente Mário Soares. Comentávamos sobre as eleições portuguesas do próximo dia 13 de janeiro, em que o Presidente Mário Soares é candidato à reeleição. Em resposta a uma pergunta sua, informei-lhe que a reeleição não era permitida no Brasil e disse-lhe que nem precisaria de uma reeleição porque esses primeiros oito meses de governo significaram uns 10 anos para mim, devido ao enorme avanço que estamos conseguindo, inclusive na mudança de hábitos, numa mudança cultural do País. Essa foi a nossa conversa, na qual em nenhum momento fiz menção à questão da reeleição, mesmo porque se trata de instituto regulado em nossa Constituição, além do que não me anima projetar meu futuro político antes de completar meu mandato.

Tenho um compromisso com a sociedade brasileira, que é o de exercer um governo na sua plenitude, dentro de todas as atribuições que me são conferidas pela Constituição, para promover uma verdadeira reformulação na economia brasileira, modernizar o País, fortalecer as nossas instituições democráticas e melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Eu sempre lembro que todo esse programa de ajuste econômico só terá sentido no momento em que pudermos capitalizar os ganhos que advirão do reajuste em investimentos na área social, onde os indicadores brasileiros são realmente muito maus e desprimorosos. O nosso objetivo principal é fazer esse esforço para equilibrar o nosso orçamento, estabilizar nossa economia, acabar, aniquilar de uma vez por todas o dragão inflacionário, para nos inserirmos na modernidade do mundo que se constrói hoje. Aí, sim, poderemos finalmente dar ao povo brasileiro a qualidade de vida que ele merece.

Rosana Liberado (Rádio Eldorado): Presidente, durante o segundo turno das eleições presidenciais, o senhor garantiu que o assalariado não seria sacrificado por seu programa econômico. Contudo, pelas projeções da área econômica do Governo — em

dados que foram apresentados pelos negociadores da dívida externa — a expectativa é de demissões acentuadas e de um grande número de concordatas, a partir de janeiro. Como o senhor pretende conciliar o compromisso de campanha com a realidade dos fatos?

Presidente: O compromisso da campanha, mais do que nunca, está de pé e não será em nenhum momento abandonado em suas vigas mestras. O nosso compromisso com a sociedade brasileira é o de fazer do Brasil um país do qual todos se orgulhem. Não estamos construindo um Brasil para amanhã, nem para a semana que vem, nem para uma negociação da dívida externa; nós estamos construindo o Brasil para o futuro, para que possa terminar esse século e ingressar no terceiro milênio de uma maneira socialmente mais justa e solidária.

Ajustamento Econômico

O ajustamento econômico está trazendo dificuldades para aqueles que são ineficientes, sobre isso sempre alertei. Adverti para que praticassem margens de lucro menores, para que não repassassem para os preços os reajustes de salários que estão sendo concedidos, porque as margens de lucro praticadas no Brasil são excessivamente elevadas. Isso ocorria por conta de todas as distorções que sabemos, pelo excesso de cartórios, de proteção, do paternalismo que o Estado tinha em relação à economia como um todo, coisas, enfim, que não podemos permitir que continuem ocorrendo.

Ao longo de todos esses anos de proteção, de paternalismo e clientelismo, o Brasil não exigiu de nossos empresários que buscassem a eficiência e a competitividade; tinham eles ganhos elevadíssimos no mercado financeiro ao invés de investir na produção, em estoques, na capacidade instalada, na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Com essa abertura que o Brasil está promovendo só sobreviverá quem for competente. Há que se ter de uma maneira rápida, embora paulatina, a ex-

posição de nosso parque industrial à competitividade. Aqueles que teimaram, ao longo desses meses, em apostar contra o programa econômico, em apostar contra a sociedade brasileira, são os que estão agora passando pelas dificuldades que já prevíamos. É fundamental que se busque a eficiência, há que se aquecer os músculos da competitividade, e competitividade só se obtém na medida em que o empresário, o industrial, seja eficiente.

Nas viagens que tenho feito, onde chego, pessoas das mais diferentes correntes ideológicas têm sempre uma palavra de entusiasmo sobre o trabalho que estamos fazendo no Brasil. Esse não é um processo no qual se colham frutos no dia seguinte, o que, mantendo a imagem, contrariaria o próprio fator biológico: uma árvore que plantamos hoje não dará frutos amanhã. Temos a consciência de que escolhemos o caminho correto. Embora sacrifícios estejam sendo exigidos da sociedade, há agora a compreensão de que está valendo a pena fazer esse sacrifício. Há a convicção íntima de que o programa econômico está aí para ser implementado, porque é um programa que veio com a força das urnas, com a força do apoio popular que nas eleições do ano passado elegeram mais do que um Presidente da República, elegeram também um programa de governo. Por isso, esse programa não é meu, nem de meus auxiliares, é de toda a população brasileira. Continuamos determinados a conduzir esse programa a bom termo, temos a certeza de que ele vai dar resultados positivos.

Temos alguns obstáculos a superar; nós não poderíamos, por exemplo, imaginar que essa crise no Golfo Pérsico viesse a pesar tão fortemente sobre nossas contas como está pesando. Ninguém poderia prever que isso ocorreria, mesmo porque com o fim da guerra fria, com o fim do conflito Leste-Oeste, o fim dessas barreiras ideológicas, imaginávamos que pudéssemos ter uma década de prosperidade e de paz mundial. Infelizmente, essa paz foi quebrada pelos eventos ocorridos no Golfo Pérsico, numa área que é fundamental para o mundo em desenvolvimento e o mundo desenvolvido porque fornece petróleo. Com os preços saltando de 16 dólares para 40, 41 o barril, como chegou a alcançar na semana passada, todos podem bem imaginar o impacto que isso significa sobre nossas contas e nossa economia.

O importante é que o programa está sendo rigidamente aplicado. Não estamos nos desviando do curso em nenhum instante, e é exatamente isso que dá segurança absoluta a todos, a certeza de que os frutos que advirão do sucesso do programa econômico não demorarão tanto quanto poderia prever algum economista mais voltado para um academicismo periclitante do que qualquer outra coisa.

Imprensa

Jozafá Dantas (Correio Braziliense): Presidente, o senhor foi eleito pregando a plena democracia. Mas, recentemente, o País viu a volta da censura, com o novo Ministro da Justiça e, mais recentemente, aqui no Palácio do Planalto, nós tivemos a cassação da credencial de um repórter. Eu perguntaria a Vossa Excelência, isso não seria um retrocesso, dentro da democracia?

Presidente: Não, não há absolutamente nenhum retrocesso. Sobre a questão do credenciamento, estou tomando conhecimento disso agora, mas acho que é uma atitude que cabe ao Secretário de Imprensa credenciar ou descredenciar, assim como cabe a uma empresa, por exemplo, admitir ou demitir um jornalista. Não podemos acusar um jornal de não estar praticando a democracia por ter demitido um de seus funcionários, ou por ter admitido outro, não é? Isso faz parte da própria dinâmica do processo.

Quanto ao outro ponto, não há nenhum tipo de censura. Há apenas uma sugestão, uma colocação feita, porque precisamos cuidar um pouco da forma como as coisas vêm se desenvolvendo. Cartas que recebemos, com reclamações, e comissões que vêm aqui ao Palácio pedem que o Governo aja no sentido de evitar que certas cenas, consideradas impróprias para um determinado horário, sejam levadas ao ar nesse horário. Exatamente como ocorre em qualquer país desenvolvido do mundo. Na televisão européia, por exemplo, não se vê certo tipo de pro-

grama em determinados horários. Nos cinemas, a mesma coisa. Há uma recomendação, não uma imposição, não «impróprio para menores de tantos anos», mas «não é recomendado para pessoas com idade inferior a tal». Esses são recursos que a sociedade democrática encontra para preservar valores que lhes são muito importantes, na formação da criança e do adolescente. Isso não significa censura. Longe de nós o exercício de qualquer tipo de censura. Mas temos, como representantes da sociedade, de determinar certas ações, pelo menos a título de sugestão, para preservar valores que ainda são muito caros, muito vivos, para a população brasileira como um todo.

Entendimento Nacional

Carlos Mcarthur (TV Bandeirantes): Senhor Presidente, com o Ministro Passarinho na Pasta da Justiça, a CUT fica mais distante do Pacto Social. E outras lideranças sindicais, como a do Luiz Antônio de Medeiros, da CGT, pedem um realinhamento salarial. O senhor acredita que com essas posições ficará mais distante e difícil o alcance de um Pacto Social?

Presidente: Não, absolutamente. Temos que observar o princípio democrático. Em um regime presidencialista, cabe ao Presidente da República escolher seus auxiliares. O quadro democrático ficaria subvertido no momento em que o Presidente da República tivesse que consultar este ou aquele setor antes de nomear alguém para determinada função. O que se deve observar não são as pessoas, mas a maneira como o Governo, em seu conjunto, se comporta.

O Senador Jarbas Passarinho é um homem público extremamente conceituado, inclusive junto à própria central sindical à qual o senhor se referiu. Muitas pessoas privam da sua amizade e lhe têm consideração, mercê do trabalho que desenvolveu na Constituinte, na formação da nossa nova Constituição. Ele tem autoridade, é um homem de diálogo, é um político que co-

nhece o Congresso como poucos, e, sobretudo, tem espírito público. Por essas razões, a presença do Senador Jarbas Passarinho no Ministério da Justiça nos faz entender que o diálogo está sendo estimulado, e nunca o contrário.

Quanto à questão do realinhamento salarial, acho que o líder sindical Medeiros tem toda a representatividade para expor seus pontos de vista, suas opiniões, o que ele, aliás, faz sempre com muita propriedade. Mas toda essa questão, naturalmente, deságua na mesa do entendimento nacional.

Unidade de Comando

Edith Silva (Rádio Globo): O senhor tem dito que quem destoa não fica em seu governo. Eu gostaria de saber se na próxima reunião ministerial, marcada para a semana que vem, o senhor vai deixar isso bem claro a todos os seus auxiliares diretos. Gostaria de saber, também, se o resultado da eleição serve como termômetro para uma reforma ministerial.

Presidente: Essa é uma verdade da qual não podemos nos ausentar. No Governo, quem estiver destoando deve sair. Às vezes, as pessoas saem por motivo de foro íntimo, e aí não cabe a qualquer de nós estabelecer padrões. Mas há aqueles que destoam, que estavam destoando do conjunto do Governo. Esses, naturalmente, têm que sair, porque não podemos ter pessoas trabalhando desconectadas da orientação geral do Governo. Quando administrava minhas empresas, determinava que a linha seria tal. Se viesse um diretor, subordinado a mim, dizer que tinha que ser de outra maneira, ou ele se adaptava à minha orientação ou tinha que sair. A mesma coisa vale em relação ao Governo.

O Governo tem que ter unidade de comando, e deste comando não abro mão em nenhum instante. E essa unidade tem que ser repassada para todos os escalões do Governo. Hoje temos como prioridade absoluta nosso Plano de estabilização eco-

nômica, nossa determinada briga contra a inflação. Enquanto não aniquilarmos, de uma vez por todas, esse dragão da inflação, enquanto não acabarmos de uma vez por todas com a possibilidade de déficit no nosso orçamento, enquanto não estivermos com nossa economia estabilizada, nada será prioritário. Aqueles que julgam que as prioridades devem ser outras, devem pedir para sair do Governo, ou aceitar que nós os convidemos para sair.

Isso é o que vem acontecendo até agora e que continuará acontecendo. O Governo é como uma máquina. No momento em que se percebe que uma peça da máquina não está funcionando corretamente, temos que trocá-la. Isso é uma coisa absolutamente natural, absolutamente normal, não é razão para surpresas.

O comando da área econômica está entregue, por minha delegação expressa, à Ministra Zélia Cardoso de Mello, que se está havendo excepcionalmente bem na condução de nossas políticas e na do nosso programa econômico. Então, não seria de bom tom, em nenhum instante, que se quisesse obstar a ação que a Ministra Zélia, em meu nome, vem colocando em prática nesses primeiros meses, e também nos futuros meses de governo.

Petrobrás

Gutemberg de Souza (Folha de S. Paulo): Presidente, bom-dia. O noticiário dos últimos dias dá conta de uma influência muito grande do empresário Paulo César de Farias em assuntos do seu governo. Eu queria saber se esse empresário é mesmo seu amigo. E, no caso da PETROBRÁS, o senhor diz que já encomendou um relatório sobre a qualidade da proposta feita pela VASP. Eu gostaria de saber como o senhor vê o anunciado envolvimento pessoal do Sr. Paulo César e também do seu Secretário-Geral, Marcos Coimbra, nesse episódio.

Presidente: Eu diria a você que meus amigos são os anônimos, são aqueles que, nas duas campanhas eleitorais, confiaram na nossa proposta, acreditaram na nossa vontade e colocaram seus votos de esperança, de confiança, nas urnas. Esses são os meus amigos, são os que apoiaram e não me trazem dificuldades, nem me criam constrangimentos.

Eu quero dizer que hoje estamos trabalhando com um ideal, com o sentido de missão. O Governo faz absoluta questão de ser transparente em todos os seus atos, absolutamente transparente. A credibilidade deste Governo não será afetada nem atingida, em nenhum instante, pela eventual omissão de qualquer de seus integrantes. Portanto, toda essa questão ocorrida com a PETROBRÁS tem que ser apurada, tudo tem que ser apurado: que tipo de envolvimento tem, que tipo de envolvimento não tem... Porque o fato de ser parente do Presidente, amigo do Presidente, conhecido do Presidente, não dá, minha gente, direito a essa pessoa ou a essas pessoas de terem um salvo-conduto. Eles não têm delegação do Presidente para agir em seu nome. Tenho a certeza de que hoje o Governo está bem alertado quanto a isso.

Quem tem influência neste Governo são os ideais que nos impregnam neste momento, de construir um País sério, um País digno, e um Governo que, muito mais do que palavras e discursos, tenha exemplos a dar. Nós temos de dar o bom exemplo, para que nele a sociedade possa se mirar. Qualquer equívoco, qualquer deslize que venha a ocorrer — e problemas desse tipo podem ocorrer em qualquer gestão — levará o Governo a tomar, imediatamente, as atitudes mais sérias e rigorosas, para dar conhecimento à sociedade, para deixar transparentes todas as suas atitudes. É exatamente isso o que estamos fazendo nesse episódio.

Como os senhores sabem, cheguei de Lisboa hoje às 9h30min e, já às 10, estava reunido com o presidente da PETROBRÁS. Às 11h, convoquei esta entrevista coletiva para que conversássemos abertamente sobre todas essas questões. Este Governo não tem absolutamente nada a esconder porque não nos falta coragem e determinação para enfrentar os problemas. O Governo tem que ser o espelho do que a sociedade deseja que

ele seja, e é isso o que o Governo vem fazendo, é dessa forma que o Governo vem se pautando. Daqui a cinco dias úteis, como já disse, será dado conhecimento ao público, e ao Presidente da República, dos resultados desta averiguação rigorosa que determinei fosse feita pelo presidente da PETROBRAS sobre se essa proposta, em algum momento, trouxe dano ou prejuízo à empresa.

Inflação

Helival Rios (Jornal de Brasília): Presidente, a sociedade inteira está preocupada hoje com a resistência de queda apresentada pela inflação. Houve um choque agrícola em agosto, houve a questão da crise no Golfo Pérsico, que provocou impacto nas contas do País, que é ainda importador de petróleo. Há uma resistência, representada por uma indexação informal na economia e, também, um fator especulativo. Tudo isso está contribuindo para essa resistência. O mercado financeiro está trabalhando com suas taxas futuras ao redor de 14%, o que gera um temor na sociedade de que voltemos aos patamares de 15%, depois, de 20%, e que se perca o controle. Gostaria de saber, exatamente, qual a estratégia do Governo para enfrentar essa resistência inflacionária.

Presidente: Veja bem, a preocupação hoje, em muitos setores importantes da economia nacional, não é pelo eventual aumento da inflação. A preocupação é outra, é a de que essa inflação caia. Mas ela vai cair e arrastar junto com ela, como já venho advertindo há tempos, aquelas empresas que não atentaram para a necessidade de revisão de seus custos e de suas margens de lucro, que não deram atenção à necessidade de se tornarem eficientes o mais rapidamente possível.

O que o senhor acaba de citar é verdadeiro; se não tivéssemos tido esse choque agrícola e a crise no Golfo Pérsico, estaríamos numa situação muito melhor. Nós tivemos que utilizar

com muito rigor os instrumentos de política monetária, de modo a evitar que a base se elastecesse demasiadamente, o que poderia redundar numa escalada descontrolada da inflação. Conseguimos, graças a esses instrumentos, mantê-la nesses patamares, entre 12 e 14%, alguma coisa nesse nível para este mês. Já verificamos que os preços não estão crescendo com a mesma intensidade do mês passado, de modo que torna-se viável buscarmos taxas mais baixas já no começo do ano que vem. Temos é que atentar para essa demora que está tendo o setor produtivo em se adaptar ao novo tempo.

Brasil e CEE

Humberto Gianini (ANSA): Senhor Presidente, sua viagem a Portugal está sendo classificada pela imprensa internacional como uma grande abertura econômica e política. Qual será sua missão, depois de já ter falado com o Presidente Mário Soares, sobre a inserção do Brasil na Comunidade Econômica Européia, através de Portugal?

Presidente: Fundamentalmente, pela formação de *joint ventures* entre empresas brasileiras e portuguesas. E a formação dessas será facilitada pelas relações extremamente privilegiadas mantidas entre os dois países. Enfim, motivos é que não nos faltam para justificar essa posição do Brasil e de Portugal, de estarem associados, se ajudando mutuamente através dessa formação de *joint ventures* que nos permitam participar de um mercado tão importante quanto o da Comunidade Européia.

Petróleo

Mônica Gugliano (Rede Brasil-Sul): Eu gostaria de saber sua opinião sobre o monopólio do petróleo. As pessoas têm falado

muito sobre o assunto, o Presidente da PETROBRÁS, Eduardo Teixeira, falou sobre o assunto...

Presidente: Bom, acho que a declaração do presidente da PETROBRÁS está correta, na medida em que está dentro do que prevê a Constituição. Num dos artigos das Disposições Transitórias da Constituição está prevista a própria revisão da Carta em 1993, quando qualquer assunto poderá ser discutido. Temos, fundamentalmente, que cumprir com rigor a Constituição. E ela determina que o petróleo é um monopólio do Estado e assim será até que, na revisão constitucional de 1993, se modifique, se for o caso, a determinação. Na Constituição existe também um dispositivo que diz que o sistema de governo é o presidencialista, mas nem por isso as instituições ficam ameaçadas quando se debate sobre a possibilidade do parlamentarismo, porque também em 1993 haverá um plebiscito para decidir a matéria. O importante é que a Constituição seja absolutamente cumprida pelo Governo e por toda a sociedade brasileira.

*Entrevista coletiva concedida à imprensa por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Planalto,
no dia 26 de outubro de 1990.*